

## ACIS E GABINETE DE REFORMAS E PROJETOS ESTRUTURANTES AVALIAM MECANISMOS DE COLABORAÇÃO

02



**Invictus Investment compra a maior indústria moageira de Moçambique, a MEREC**

06



**Bancos comerciais lançam linha de crédito de 10 mil milhões de Meticais para empresas afectadas pelas manifestações**

07



**TotalEnergies desmobiliza empresas subcontratadas para o desenvolvimento da infraestrutura de liquefação do gás**

10

PROMOVENDO E DESENVOLVENDO NEGÓCIOS

## MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS ACIS e Gabinete de Reformas e Projectos Estruturantes avaliam mecanismos de colaboração



A Associação de Comércio, Indústria e Serviços (ACIS), representada pelo seu Presidente Tomás Timbane e pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Luís Magaço Júnior, manteve recentemente um encontro de cortesia com o Eng.º João Osvaldo Machatine, Coordenador Executivo do Gabinete de Reformas e Projectos Estruturantes, adstrito à Presidência da República, cuja missão é a de assessorar o Presidente da República na formulação, coordenação e monitoramento das iniciativas estratégicas e reformas de grande impacto nacional.

No encontro foram discutidos os desafios

enfrentados pelo Sector Privado nacional, tendo sido ajustada a necessidade de explorar as oportunidades de colaboração que possam impulsionar o desenvolvimento económico e social do País. As partes avaliaram as perspectivas de actuação das duas entidades, tendo a ACIS se colocado à disposição do Gabinete para o que fosse necessário, tendo em vista as preocupações das empresas principalmente na melhoria do ambiente de negócios.

O novo organismo também terá um papel crucial na análise de contratos e concessões, bem como no monitoramento e avaliação do progresso de reformas e projectos

estratégicos. Para garantir o seu funcionamento eficiente e transparente, foi estabelecido um Conselho de Coordenação dirigido pelo próprio Presidente da República, que incluirá representantes do Governo, sociedade civil e sector privado.

Este gabinete será um catalisador de mudanças na economia e na sociedade, mudando a actual realidade, arraigada na herança colonial, em que a economia moçambicana continua centrada na exportação de matérias-primas e nos corredores logísticos.

# ULTRAPASSE OS LIMITES DO SEU POTENCIAL FINANCEIRO



DE INVESTIMENTOS  
QUE CONDUZEM AO  
SUCESSO FINANCEIRO

 [www.bvm.co.mz](http://www.bvm.co.mz)  Linha Verde 800 4455

## CDM acusa alfândegas de bloquearem saída dos seus camiões da fábrica para beneficiar contrabandistas



Num comunicado de imprensa divulgado a 24 de Fevereiro de 2025, a Cervejas de Moçambique S.A. (CDM) denunciou supostos bloqueios de saída de camiões de distribuição contendo marcas de cerveja e cidras por si importadas, perpetrados pelos Serviços de Alfândegas instalados na sua maior unidade fabril em Marracuene.

Segundo a empresa, que se diz preocupada com a situação, a acção das alfândegas cria complicações e prejuízos de diversa ordem, tanto à CDM como à sua rede de armazenistas e redistribuidores.

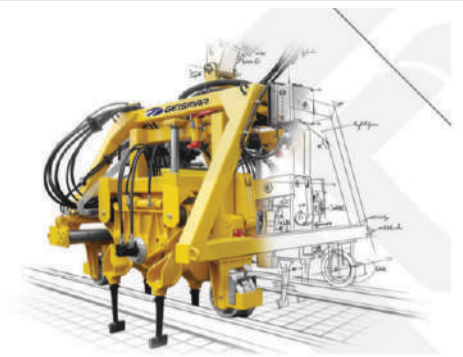
“Esclarece-se, através deste Comunicado de Imprensa, que esta lamentável situação nada tem a ver com a violação de qualquer procedimento legal por parte da CDM, que

orienta, sempre, as suas operações em estreita obediência do regime jurídico vigente. A CDM está ciente de que os bloqueios das transacções entre si e os seus armazenistas e distribuidores prejudicam a sua cadeia de distribuição e favorecem produtos provenientes do contrabando, bem assim como aos agentes do mesmo”, explica.

Mesmo assim, a CDM diz que continuará a trabalhar com as autoridades fiscais e aduaneiras de Moçambique no sentido de eliminar estes bloqueios aos operadores legítimos, de resto prejudiciais (os bloqueios ilegais) ao almejado bom ambiente de negócios. “A CDM valoriza a transparência e a manutenção de uma relação honesta com as autoridades e com todos aqueles que escolhem as suas marcas, trabalhando

incansavelmente para oferecer produtos e serviços de qualidade, dentro de um quadro legal estável e igualmente transparente”, concluiu.

Refira-se que a CDM é, nos últimos anos, um dos melhores contribuintes para as receitas do Estado, reconhecido pela Autoridade Tributária. É a maior cervejeira do país e subsidiária da ABInBev com quatro fábricas de cerveja no país, na Beira, Nampula, Marracuene e Cidade de Maputo. Entre os motivos da distinção da CDM destacam-se o cumprimento das obrigações fiscais e legais, contribuição para a arrecadação de receitas, transparência, trabalho da administração e colaboradores.



MODERN TECHNOLOGIES IN RAILWAYS AND OIL & GAS



- MANUTENÇÃO DE TUBAGEM, TANQUES E COMPONENTES MECÂNICOS, NA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GAZ;
- MANUTENÇÃO DE TODO TIPO DE CARRIS NA INDÚSTRIA FERROVIÁRIA;
- TESTAGEM NÃO DESTRUTIVA (NDT).

**SÃO AS NOSSAS ESPECIALIDADES E O NOSSO DIFERENCIAL**

[www.tatos.co.mz](http://www.tatos.co.mz)



Alta Tecnologia em NDT



INDÚSTRIA AGRO-ALIMENTAR

# Invictus Investment compra a maior indústria moageira de Moçambique, a MEREC



A Merec Industries, a maior empresa de moagem de farinha do País, foi adquirida pela Invictus Investment, uma empresa agro-alimentar centrada no Médio Oriente e em África, informou a World Grain em Fevereiro último.

A operação foi realizada através da compra da Stratton Africa Holdings Ltd, a entidade que detinha a Merec Industries, aos accionistas Amethis Fund II e Merec Financial. As condições financeiras da conclusão da transacção não foram divulgadas.

A Merec Industries possui moinhos, unidades de produção e armazéns estrategicamente localizados em Maputo, Beira e Nacala,

abrindo a procura nas principais regiões do País. A empresa tem capacidade para produzir 800 mil toneladas de farinha de trigo e milho por ano, além de processar 180 mil toneladas de massas alimentícias, biscoitos e ração animal. Detém ainda silos de armazenamento com capacidade para mais de 145 mil toneladas e um terminal de cereais no Porto de Maputo.

A Invictus vê Moçambique como um mercado promissor para produtos à base de trigo, impulsionado pelo crescimento populacional e pela urbanização. “Com uma população de mais de 34 milhões de habitantes, Moçambique é um mercado de crescimento atractivo para produtos à base de trigo”, afirmou. A companhia prevê um aumento

médio anual de 6% na procura do cereal até 2027 e um crescimento de 9,5% no mercado de massas alimentícias.

“Prevê-se que esta aquisição permita expandir o nosso negócio agro-alimentar em África, aumentar as nossas receitas em mais de 272 milhões de dólares por ano e duplicar o nosso lucro antes de juros até 2025”, afirmou Amir Daoud Abdellatif, CEO da Invictus Investment.

Esta é a segunda grande transacção da empresa no continente, após a aquisição de 60% da Graderco, o principal comerciante de cereais de Marrocos.

PUBLICIDADE

## RECUPERAÇÃO PÓS-MANIFESTAÇÕES

**Bancos comerciais lançam linha de crédito de 10 mil milhões de Meticais para empresas afectadas pelas manifestações**

A Associação Moçambicana de Bancos lançou, há dias, uma linha de crédito de 10 mil milhões de Meticais, para financiar empresas afectadas pela tensão pós-eleitoral. Os valores poderão ser acedidos a uma taxa de juro de 15%.

Trata-se de uma linha de investimento criada para financiar a tesouraria e os investimentos das empresas afectadas pela tensão pós-eleitoral no país. O valor estará disponível em vários bancos. Caberá a estes, fazer a análise do risco de cada empresa com base nos seus procedimentos internos.

Para a tesouraria, o reembolso do empréstimo e o respectivo juro deverá ser feito em 12 meses. Já para os investimentos, o prazo é de cinco anos. Segundo os bancos, a taxa de juro é de 15% para o primeiro ano, e, para os anos subsequentes, será a taxa de juro de referência no mercado menos 4%.

“Tendo presente a dimensão da empresa, o montante máximo que cada empresa pode aceder é de 20 milhões de meticais. Está previsto um mecanismo de controle para assegurar que cada cliente beneficie até o limite de 20 milhões de meticais no sistema

financeiro”, disse Teotónio Comiche, presidente da Associação Moçambicana de Bancos.

Para ter acesso aos créditos, os bancos deverão solicitar garantias às empresas e o crédito estará disponível de 1 de Março a 30 de Setembro.

“Das condições de acesso a esta linha de crédito, destaco o seguinte, que seja uma nova operação de crédito para novos negócios ou expansão da atividade, que tenha uma situação fiscal regularizada. Este princípio pretende apoiar a organização do negócio e algumas instituições à sua formalização”, acrescentou Comiche.

No acto de lançamento da linha de financiamento, o sector privado, na voz do Presidente da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), Agostinho Vuma, voltou a clamar pela reposição de segurança no país.

“O sector privado defende que a condição básica para a retoma das actividades deve ser associada à medida de segurança. Se se lembram, me referi às 25 medidas que nós

propomos, e a segurança era uma delas. Então, nós queremos garantias igualmente da segurança no terreno, queremos ver as questões de segurança, de forma a oferecer um melhor ambiente de negócio para os nossos negócios” reiterou Agostinho Vuma, presidente da CTA.

Sendo a linha de crédito uma medida de curto prazo, o Governo diz estar a trabalhar para medidas de longo prazo, incluindo a restauração da segurança.

“Reiterar que o Governo está consciente das preocupações com a segurança das pessoas, bem como a propriedade privada e pública, e como isso afecta o investimento e as actividades económicas do dia a dia. E é nesses termos que continuamos a trabalhar para a manutenção da lei e ordem, do resgate da confiança dos investimentos e melhoria do nosso ambiente de negócio”, disse Carla Louveira.

Dados do sector empresarial privado indicam que cerca de 900 empresas foram afectadas pela tensão pós-eleitoral e há pelo menos 17 mil empregos perdidos.



NOVO BANCO.  
NOVAS IDEIAS.



SOCIETE GENERALE  
MOÇAMBIQUE

## COMÉRCIO INTERNACIONAL

**Sector privado aposta na modernização do sistema aduaneiro para impulsionar a economia do país**

O sector privado vai apoiar o governo na modernização do sistema aduaneiro para agilizar o comércio, reduzir as barreiras burocráticas e alinhar Moçambique com as melhores práticas internacionais, de modo a promover um ambiente de negócios mais competitivo e atractivo para os investidores nacionais e estrangeiros.

A iniciativa será implementada pela DAI, organização que trabalha em desenvolvimento global e que está envolvida no programa Promove Comércio em Moçambique, em parceria com a Direcção-Geral das Alfândegas (DGA), através do projecto Promove Comércio, disse Ascensão Machel, Gestor de Operações do Projecto, durante o Workshop de Consulta sobre Decisões Antecipadas e Vinculativas para Impulsionar o Comércio Internacional.

“Para o efeito, estão em curso esforços técnicos e estratégicos para fortalecer a capacidade institucional do país na implementação das decisões antecipadas e vinculativas, um mecanismo essencial para garantir a previsibilidade e transparência das operações comerciais”, referiu.

Com vista a garantir que Moçambique esteja preparado para aplicar este instrumento, fundamental para a implementação do Acordo de Parceria Económica entre a SADC e a União Europeia (APE SADC-UE), a fonte referiu que “estão em curso actividades que incluem a revisão e actualização do quadro legal, a criação de um mecanismo institucional robusto e a capacitação de actores-chave, desde o sector privado e público até a academia e sociedade civil”.

Machel explicou que a primeira componente consiste no apoio técnico dos funcionários

das Alfândegas, Ministério da Indústria e Comércio, actual Ministério da Economia pela DAI em questões ligadas a implementação das Decisões Antecipadas, regras de origem, classificação pautada, dentre outros aspectos ligados a este processo.

“Achamos muito importante fazer este treinamento exclusivo às Alfândegas, onde tivemos um sucesso porque já temos um Diploma Ministerial que vai regular todo o processo técnico de requisição de Decisões Antecipadas e Vinculativas.” Explicou.

Já, a segunda componente, implementada pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUUDI) junto com o Instituto Nacional de Normalização e Qualidade – INNOQ (INNOQ), cinge-se nas questões de qualidade. A terceira, implementada pela DAI tem como objectivo dar a conhecer as oportunidades do Acordo de Parceria entre a APE SADC-UE.

Considera este, um momento oportuno para dinamizar a economia nacional e aproveitar as vantagens do APE, pelas condições legais já criadas desde a ratificação do Diploma Ministerial em 2018, bem como pelo novo governo, “ao qual queremos garantir maior transparência e internacionalização, não só ao nível da SADC, mas também ao nível de outros acordos multilaterais ratificados por Moçambique”.

Machel reiterou o compromisso do governo de apoiar as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs), através de um guia, que esclarece vários aspectos sobre as condições de exportação, por exemplo da amêndoa, para o mercado europeu, desde os passos, as licenças e certificações a ter.

“Como projecto estamos a tentar apoiar o governo para que, aquando da criação das condições, o país já esteja preparado para poder avançar”, disse.

Machel acrescentou que também foi necessário um treinamento em comércio de serviços, tendo sido produzido um manual de negociações de serviços, “para além disso, criamos uma equipe negocial para comércio de serviços, devido à falta, na altura de nacionais com capacidades cooperativas”, tendo culminado com a criação da subcomissão do comércio de serviços e a produção de um manual junto com Direcção-Geral das Alfândegas, a produção de um manual sobre como aplicar as regras de origem e cumulação.

Por seu turno, o representante da Direcção-Geral das Alfândegas, Ângelo Timana, defende que, “a presente fase de análise e reforma da legislação vai permitir que a nossa legislação esteja em conformidade e, por sua vez, o país esteja em condições competitivas para ter acesso ao mercado internacional. Isso vai facilitar as expectativas dos exportadores, os negócios dos importadores, garantindo maior transparência e integridade”.

Já o consultor, especialista sénior em Modernização e Facilitação Aduaneira, Richard Chopra, defende que, as Decisões Antecipadas e Vinculativas são um novo mundo de previsibilidade de conflitos entre o sistema aduaneiro e o sector privado, “desta forma teremos mais transparência e um ambiente de amizade entre ambos, porque permite conhecer de forma antecipada as regras de origem e a classificação pautada, evitando negociações com o aduaneiro”.

PROJECTO MOZAMBIQUE LNG

# TotalEnergies desmobiliza empresas subcontratadas para o desenvolvimento da infraestrutura de liquefação do gás



Apesar das declarações optimistas do seu CEO Patrick Pouyanné quando, no início de Dezembro, revelou que o Banco de Exportação-Importação (Exim) dos Estados Unidos da América (EUA) poderia aprovar “nas próximas semanas” o financiamento de 4,7 mil milhões de dólares para o projecto de exploração de gás natural liquefeito (GNL) em Moçambique, sublinhado que outras agências de crédito farão o mesmo nos meses seguintes, a petrolífera francesa TotalEnergies decidiu suspender centenas de trabalhadores baseados na península de Afungi, onde estão previstas as futuras unidades de liquefação do seu projecto em Moçambique.

Segundo o portal Africa Intelligence as cartas com instruções para suspensão das operações começaram a ser enviadas a 7 de Fevereiro, dirigidas a todos os subcontratados do consórcio CCS – constituído pela italiana Saipem, a japonesa Chiyoda e a norte-americana McDermott. O consórcio CCS é responsável pela execução de parte do projecto Mozambique LNG, liderado pela TotalEnergies, que prevê a construção de duas unidades de liquefação com capacidade para processar 13 milhões de toneladas de gás por ano.

A suspensão das operações afecta os trabalhadores ainda presentes em Afungi, na província de Cabo Delgado, onde foram

descobertas mais de 150 biliões de pés cúbicos de reservas de gás offshore desde 2010.

A decisão surge como surpresa para as autoridades moçambicanas, uma vez que, numa conferência de imprensa a 5 de Fevereiro sobre os resultados da empresa em 2024, o CEO da TotalEnergies, Patrick Pouyanné, mostrou-se confiante na retoma do projecto. O gestor elogiava ainda a melhoria das condições de segurança na região, atribuída à presença de tropas ruandesas, e demonstrou confiança na rápida aprovação das garantias financeiras do projecto pelo Exim Bank dos EUA.

No entanto, a suspensão abrupta das operações indica um cenário de incerteza no curto prazo crescendo nesta altura os rumores, não confirmados pela empresa, de uma possível venda da operação.

Desde a declaração de força maior em Abril de 2021, algumas empresas subcontratadas pelo consórcio CCS mantiveram, apesar de tudo, operações reduzidas na península de Afungi, incluindo a italiana Renco, a sul-africana WBHO, a Gabriel Couto e a mauriciana International Facilities Services (IFS). A suspensão da TotalEnergies obriga estas empresas a reduzirem ainda mais as suas actividades, embora não necessariamente a interrompê-las por

completo.

A petrolífera francesa justifica a decisão com a falta de clareza em torno do financiamento do projecto, levando a mais um adiamento no levantamento da força maior. Embora a suspensão das operações implique custos significativos, a empresa mantém-se empenhada no projecto, dado que detém um contrato de exploração sobre o bloco 1, que contém reservas estimadas em 75 biliões de pés cúbicos de gás.

A suspensão do projecto representa um novo revés para o recém-empossado Presidente de Moçambique, Daniel Chapo, que se reuniu com Patrick Pouyanné a 28 de Janeiro, em Maputo.



**Patrick Pouyanné**  
CEO da Total Energy

# ANUNCIE SEUS PRODUTOS E SERVIÇOS, AQUI A SUA MARCA CHEGA MAIS LONGE!



## Ficha Técnica

### Propriedade:

ACIS

### Sede:

Bairro Palmeiras 1, Rua João de Barros nº 270 - Beira - Moçambique

### Sucursal:

Bairro da Sommerschild, Rua António Simbine nº114 - Maputo

### Contactos:

Telf: +258 82 2434188 | +258 822 434 164

+258 82 2434188

Email: [acisadmin2@acismoz.com](mailto:acisadmin2@acismoz.com)  
[aciscoms@acismoz.com](mailto:aciscoms@acismoz.com)

### Presidente do Conselho de Gerência

Tomás Timbane

### Direção:

Edson Chichongue

### Redação e Edição:

Arnaldo Langa

### Periodicidade:

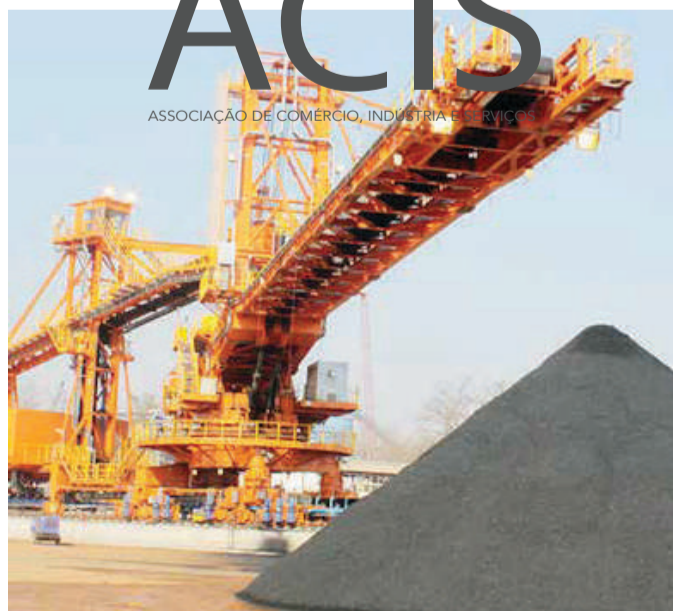
Mensal

### Coordenação:

ACIS

### Layout e Maquetização:

INNOVART



NOVO MEMBRO



PARCEIROS



member of MORAIS LEITÃO LEGAL CIRCLE





### TABELA DE PUBLICIDADE NO BOLETIM INFORMATIVO VOZ DO EMPRESÁRIO

TAMANHO DA PÁGINA	LOCALIZAÇÃO DA PÁGINA	CUSTO (MT) POR EDIÇÃO
1	Página Par / Página Impar	8.000,00 / 6000,00
1/2	Página Par / Página Impar	5000,00 / 4000,00
1/4	Página Par / Página Impar	3500,00 / 3000,00
Rodapé	Página Par / Página Impar	2000,00 / 1500,00

**Sede:** Bairro Palmerias 1, Rua João de Barros, nº270, Beira  
**Sucursal:** Bairro da Sommerschild, Rua António Simbine, nº 114, 1º andar, Maputo  
**Website:** [www.acismoz.com](http://www.acismoz.com)

**Tel:** +258 82 243 4188 / +258 82 627 0600  
**Email:** [acisadmin2@acismoz.com](mailto:acisadmin2@acismoz.com)  
[aciscoms@acismoz.com](mailto:aciscoms@acismoz.com)

## PROMOVENDO E DESENVOLVENDO NEGÓCIOS

### **SOBRE ACIS**

A Associação de Comércio, Indústria e Serviços (ACIS) é uma pessoa colectiva de direito privado, com fins não lucrativos, dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Fazem parte desta agremiação, pequenas, médias e grandes empresas dos ramos industrial, comercial e prestação de serviços, que operam no território nacional moçambicano, independentemente da sua origem.

### **MISSÃO**

A missão da ACIS é promover, apoiar e proteger os interesses empresariais e de negócios dos seus membros, de forma particular e das empresas em geral que operam em Moçambique; Fornecer informações, suporte e treinamento para as empresas; lobby e advocacia em prol dos membros e do Sector privado em geral. Na sua actuação a ACIS pauta pelos princípios de boa Governação e Gestão Organizacional.

### **VISÃO**

Um sector empresarial cada vez mais produtivo e competitivo, com contributos significativos para geração de emprego e riqueza e capaz dinamizar o processo de desenvolvimento económico e social do País.

**ENDEREÇO / ADDRESS** Bairro Palmeiras 1, Rua de Barros nº 270 - Beira - Moçambique  
Sucursal: Bairro da Sommerchield, Rua António Simbine, n 114, Maputo  
Moçambique

**e-mail** [aciscoms@acismoz.com](mailto:aciscoms@acismoz.com)  
[acisadmin2@acismoz.com](mailto:acisadmin2@acismoz.com)